

EDITAL DE LEILÃO. PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. 1ª VARA CÍVEL, CRIMINAL E DE EXECUÇÕES PENAS DA COMARCA DE VÁRZEA DA PALMA/MG. NÚMERO DO PROCESSO: 0029921-94.2011.8.13.0708. EXEQUENTE: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A. EXECUTADO: PAULO VICTOR CARDOSO. O leilão eletrônico será realizado no site www.saraivaleiloes.com.br. O presente Edital de Leilão e demais informações estão disponíveis no site ou pelo telefone (31) 3207-3900.

1º LEILÃO: início a partir da inserção do presente Edital no referido site, quando já poderão ser ofertados os lances, com início do encerramento no dia 25/06/2026 a partir das 14:00 horas. Se não for arrematado no período do 1º leilão, imediatamente inicia-se o período do 2º leilão.

2º LEILÃO: no dia 06/07/2026 às 14:00 horas inicia o fechamento do 2º leilão, e os bens que não receberem ofertas, ficarão disponíveis para repasse e recebimento de lances.

AVALIAÇÃO: R\$ 28.807.957,01 (vinte e oito milhões, oitocentos e sete mil, novecentos e cinquenta e sete reais e um centavo).

LANÇE MÍNIMO: No 1º leilão será aceito o maior lance, com valor igual ou acima da avaliação, e no 2º leilão serão aceitos lances a partir de 60% da avaliação do bem, conforme determinação judicial.

FORMA DE PAGAMENTO DA ARREMATAÇÃO: o leilão será aberto para pagamento à vista ou parcelado (garantido por hipoteca do próprio bem) com sinal de no mínimo 25% e o restante em até 30 parcelas. Caso no intercurso do leilão seja recebida oferta para pagamento à vista, esta prevalecerá (art. 895, § 7º, do CPC) e o sistema não receberá mais oferta parcelada. O pagamento à vista ou o sinal do pagamento parcelado, deverão ser realizados, através de depósito judicial, impreterivelmente até o primeiro dia útil subsequente ao leilão, independente da data de vencimento que constar na guia judicial. O comprovante deverá ser enviado para a Leiloeira no e-mail financeiro@saraivaleiloes.com.br na mesma data, até às 16 horas.

DESCRIÇÃO DO BEM: Gleba de terras nº 03, com 740,74ha, da subdivisão da gleba nº 107, situada na Fazenda Caraíbas ou Olhos D'Água, situada no Município de Várzea da Palma/MG com os seguintes limites e confrontações: estaca 122 divisa das glebas 2 e 3 encontra-se a margem esquerda do Córrego Bebedouro com cerca que divide os projetos de reflorestamento 73 e 74, da estaca 122 e 139-0, com 1.783,43m, segue Córrego Bebedouro. Da estaca 139-0 ao marco de divisa das glebas 3 e 4 a margem esquerda do Córrego do Açude, com 122m, segue córrego do Açude; do marco de divisa das glebas 3 e 4 a margem esquerda do Córrego Açude e estaca 45-B com 3.780,00m segue picada; Da estaca 45-B a 76-B igual marco, divisa das glebas 3 e 4 à margem do Rio das Velhas

com 2.820,00m, segue picada. Do marco divisas das glebas 3 e 4 a margem do Rio das Velhas por este abaixo 730,00m encontra-se o marco divisa das glebas 2 e 3; Do marco de divisa das glebas 2 e 3 à margem do Rio das Velhas a estaca 12-A com 4.140,00m, segue picada; Estaca 12-A a 122 divisa das glebas 2 e 3 onde teve início com 2.320,00m, segue picada; confrontando ao norte com gleba com nº 02; ao sul com a gleba nº 04: Agenor Evangelista e João José Machado; a leste com o Córrego Bebedouro e a oeste com o Rio das Velhas. Cadastrado no INCRA sob o nº 410.128.263.745-1. PROPRIETÁRIOS: PAULO VICTOR CARDOSO, comerciante, CIM 605.870 SSP/MG, sua mulher VIVIANE MENDES PENA CARDOSO, do lar, CIM-1.397.395 SSP/MG, brasileiros, casados sob o regime de comunhão parcial de bens. REGISTRO ANTERIOR: o imóvel encontra-se registrado no livro 2AH, fls. 05, Matrícula nº 9234, em 20/08/84, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Pirapora/MG. MATRÍCULA: 988 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Várzea da Palma /MG.

ANOTAÇÕES AVERBADAS NA MATRÍCULA ATÉ O DIA 07/05/2026: Hipoteca em favor do Banco do Nordeste do Brasil S/A (R-3); Arrolamento de bens em favor da Delegacia da Receita Federal de Belo Horizonte (AV-4); Indisponibilidade referentes aos processos nº 0163600-22.2009.5.03.0020, da 20ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte (AV-9), nº 1005871-43.2022.4.01.3820 da 3ª Vara de Contagem/MG (AV-13), nº 5005950-38.2020.8.24.0040 da 2ª Vara Cível de Laguna/SC (AV-14), 0005509-94.2010.8.24.0040 da 1ª Vara Cível de Laguna/SC (AV-15), 5031098-39.2019.8.24.0023 da 2ª Vara Cível de Laguna/SC (AV-16); Arresto referente ao processo nº 5000322-44.2019.8.13.0708 da 1ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais de Várzea da Palma (R-11); Averbação premonitória referente ao processo nº 0003683-28.2017.8.13.0708 da Vara Única da Comarca de Morada Nova de Minas/MG (AV-12); Penhor censual em favor do Banco do Brasil S/A (AV-17 e AV 19); Penhora referente a estes autos nº 0029921-94.2011.8.13.0708 (R-18).O interessado deverá verificar junto ao Cartório de Registro de Imóveis a existência de novas averbações após o dia 07/05/2026. OBSERVAÇÃO: Os créditos que recaem sobre o imóvel, inclusive os de natureza propter rem, serão sub-rogados sobre o preço da alienação, sendo observada a ordem de preferência, conforme preceituam o §1º, do artigo 908, do Código de Processo Civil e o parágrafo único do artigo 130 do CTN.

CONDIÇÕES DO LEILÃO: Por ordem da M.M Juíza, Dra. Indirana Cabral Alves Lima, o presente leilão será regido pelo Decreto Lei 21.981/32, Código Penal, CPC, Portaria Conjunta nº 772/PR/2018 e CTN nas seguintes condições:

1º) O Leilão será realizado pela Leiloeira Angela Saraiva Portes Souza, Matrícula 441 - JUCEMG, a quem caberá 5% de comissão. A Leiloeira fica autorizada a alternar a seqüência de lotes caso julgue necessário.

2º) A comissão da Leiloeira (5%) será depositada na integralidade, na data do leilão ou no dia subsequente, em conta bancária da Leiloeira, que será informada na confirmação da arrematação. O comprovante deverá ser enviado para a Leiloeira no e-mail financeiro@saraivaleiloes.com.br na mesma data, até às 16 horas.

3º) No caso de arrematação com pagamento parcelado, o sinal será depositado na forma e data indicadas acima, e as parcelas serão mensais e sucessivas, vencíveis a cada 30

(trinta) dias da data da arrematação e corrigidas de acordo com os fatores de atualização monetária do Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

4º) O pagamento das parcelas, com a devida correção será efetuado em guia de depósito judicial vinculada aos autos, retiradas no site <https://depox.tjmg.jus.br/portaltjmg/pages/guia/publica/> pelo próprio arrematante, que deverá comprovar o pagamento mensalmente com a juntada da guia devidamente quitada diretamente nos autos.

5º) No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas (art. 895, § 4º do CPC). O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos ser formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação (art. 895, §5º do CPC).

6º) A venda parcelada será garantida por hipoteca judicial gravada sobre o próprio imóvel até a quitação.

7º) No caso de inadimplemento ou desistência da arrematação por qualquer motivo, exceto os previstos em lei, o arrematante não terá direito à devolução da comissão da Leiloeira, que reterá o valor correspondente. E, na hipótese de não pagamento da comissão, a Leiloeira poderá promover a execução do valor devido nos próprios autos ou, ainda, levar o título (Auto de Arrematação) a protesto perante o Cartório competente (CPC, art. 515, V).

8º) Nos termos da PORTARIA CONJUNTA 772/PR/2018, art. 29, "Não comprovado o depósito do lance e o pagamento da comissão no prazo determinado no edital, o leiloeiro público comunicará o fato ao licitante com maior lance subsequente, a fim de que este possa exercer seu direito de opção. Parágrafo único. A aplicação do disposto no "caput" deste artigo não isenta o licitante inadimplente do pagamento de multa, se for o caso, a ser determinado pelo juízo, e da responsabilização civil e criminal, nos termos do art. 335 do Código Penal."

9º) Poderá a Leiloeira inabilitar para participar de leilão o licitante que não tenha cumprido com anteriores obrigações de pagamento e condições, em arrematação de leilão judicial.

10º) Para participar do leilão eletrônico, o interessado deverá se cadastrar e habilitar no site www.saraivaleiloes.com.br, e somente após a análise dos documentos obrigatórios e liberação do login poderá ofertar os lances.

11º) Compete ao interessado na arrematação a verificação do estado de conservação dos bens, não podendo o arrematante alegar desconhecimento de suas condições, características, compartimentos internos, estado de conservação e localização. As alienações são feitas em caráter "AD-CORPUS", sendo que as áreas mencionadas nos editais, catálogos e outros veículos de comunicação, são meramente enunciativas. Caso as benfeitorias informadas no auto de avaliação não estejam averbadas na matrícula do imóvel, caberá ao arrematante sua regularização.

12º) No caso de acordo ou pagamento da dívida (remissão), se requerido após leilão com recebimento de lance, a Leiloeira será remunerada com o correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação, a ser pago pelo Executado, na data do acordo ou remissão. Na hipótese de cancelamento do leilão por motivo de pagamento da dívida ou acordo após a publicação do edital e antes do leilão, fica arbitrado os honorários de 2% sobre o valor da avaliação do bem, a ser custeado pelo Executado, a título de ressarcimento das despesas e serviços prestados que antecederam o leilão.

13º) Nos termos do CPC, art. 887, § 2º e PORTARIA CONJUNTA 772/PR/2018, art. 9º, § 2º, o presente edital será publicado no site: www.saraivaleiloes.com.br.

14º) A Nota de Arrematação será expedida pela Leiloeira após trânsito em julgado de eventuais recursos e entrega do bem.

15º) Por ordem do Juízo e por força da lei, caso o devedor, o coproprietário, os usufrutuários, o credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada e o promitente comprador e vendedor, não sejam encontrados pelo Sr. Oficial de Justiça, ficam pelo presente edital intimados do leilão, suprindo, assim, a exigência contida no art. 889 do CPC.

16º) Após a oferta, o licitante vencedor fica obrigado ao pagamento da arrematação e da comissão da Leiloeira, e não poderá por qualquer motivo alegar desistência. Caso tenha identificado algum vício, deverá realizar os pagamentos no prazo estabelecido neste edital, e comprovar nos autos a sua alegação. Após apreciação e decisão do juiz, os valores poderão ser restituídos. A desistência sem o cumprimento da obrigação será considerada "perturbação" ao leilão.

17º) Nos termos do art. 358 do Código Penal, quem impedir, perturbar ou fraudar a arrematação judicial, afastar ou procurar afastar concorrente ou licitante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem, estará sujeito à pena de detenção de dois meses a um ano, ou multa, além da pena correspondente à violência. Por ordem deste Juízo, foi expedido o presente Edital em 13/05/2026.